


Ciclos Econômicos e os Reflexos no Espaço Urbano do Município de Novo Aripuanã-Amazonas


Economic Cycles and its Reflexes in the Urban Space of the Municipality of Novo Aripuanã-Amazonas

Ciclos Económicos y los Reflejos en el Espacio Urbano del Municipio de Novo Aripuanã-Amazonas

Isabela Soares Colares¹

 <https://orcid.org/0000-0002-8467-8542>

Luis Felipe Buzaglo Pimenta²

 <https://orcid.org/0000-0002-3065-7367>

RESUMO: Situado na Amazônia brasileira, o município de Novo Aripuanã apresenta elementos do espaço urbano e de sua criação pautáveis aos momentos e ciclos econômicos dessa região como um todo. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é compreender as lógicas e agentes que contribuíram para a produção do espaço urbano de Novo Aripuanã, e para essa compreensão será traçado um perfil da geo-história do município a partir de 1830 até 2020. Identificou-se que os ciclos da borracha e da castanha estão diretamente relacionados à origem do município, e na atualidade predomina a exploração de madeiras e minerais sendo, a maior parte deles, associados à dinâmica da vida na zona rural ou de outros lugares, enquanto a administração municipal e a vida na cidade pouco foram ou são beneficiadas. No que se refere aos agentes produtores do espaço urbano, os registros apontam contribuições dos proprietários dos meios de produção e Igreja Católica Apostólica Romana, criando importantes equipamentos urbanos, do Estado, embora, na maioria das vezes, agindo tardiamente para os grupos socialmente excluídos. Pode-se concluir que as características básicas de Novo Aripuanã são de uma pequena cidade na Amazônia, marcada pelas temporalidades lentas e pela incapacidade administrativa e assistência social.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia. Cidades. Extrativismo. Mineração.

ABSTRACT: *Located at the Brazilian Amazon, the municipality of Novo Aripuanã has elements of the urban space created based on the economic cycles of the region. The goal of the article is to understand the logics and agents that played a role in the construction of the urban space of Novo Aripuanã. A profile of the geo-history of the municipality from 1830 to 2020 was used as a methodology to better understand the issue. This article identified that the rubber and Brazilian nut cycles are directly related to the origin of the municipality, whereas the exploitation of wood and minerals predominates as the current economic activities. Most of the municipality's economic cycles are associated with the dynamics of life in rural areas or elsewhere, while municipal administration and*

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. E-mail: isabela.colares@hotmail.com.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. E-mail: lfbp_geo@uea.edu.br.

urban life were poorly benefited from it. Regarding the agents that created the urban space of Novo Aripuanã, documents point to contributions of the owners of the means of production, Roman Catholic Church, which build important urban facilities, and the State, although, in most cases, acting late and ignoring socially excluded groups. This paper concludes that Novo Aripuanã has the basic characteristics of a small town in the Amazon, characterized by slow temporalities and administrative and social assistance incapability.

KEYWORDS: Amazon. Cities. Extractivism. Mining.

RESUMEN: *Situado en la Amazonía brasileña, el municipio de Novo Aripuanã presenta elementos del espacio urbano y de su creación a partir de los momentos y ciclos económicos de esa región como un todo. En ese sentido, el objetivo de este artículo es comprender las lógicas y los agentes que contribuyeron para la producción del espacio urbano de Novo Aripuanã, y para esa comprensión se trazará un perfil de la geohistoria del municipio desde 1830 hasta 2020. Se identificó que los ciclos del caucho y la castaña están directamente relacionados con el origen del municipio, y en la actualidad predomina la explotación de madera y minerales. Siendo, la mayor parte de estos, asociados a la dinámica de la vida en la zona rural o de otros lugares, mientras que la administración municipal y la vida de la ciudad han sido o son poco beneficiadas. En cuanto a los agentes productores del espacio urbano, los registros apuntan contribuciones de los propietarios de los medios de producción e Iglesia Católica Apostólica Romana, creadora de importantes equipamientos urbanos, y del Estado, aunque, en la mayoría de las veces, actuando tardíamente paralos grupos socialmente excluidos. Se puede concluir que las características básicas de Novo Aripuanã son las de una pequeña ciudad en la Amazonía, marcada por las temporalidades lentas y por la incapacidad administrativa y de asistencia social.*

PALABRAS-CLAVE: Amazonía. Ciudades. Extractivismo. Minería.

INTRODUÇÃO

Desde suas origens mais remotas, o município de Novo Aripuanã esteve fortemente ligado ao extrativismo em suas múltiplas possibilidades, como vegetal, animal e mineral. A princípio, teve maior influência o extrativismo vegetal, com a exploração do látex para produção de borracha, que deu origem à primeira ocupação na foz do Rio Aripuanã. Com a decadência da economia gomífera, no início do século XX, o município manteve seu perfil extrativista ao longo deste século, incluindo ainda a exploração mineral em garimpos fluviais, marcado pela baixa complexidade técnica.

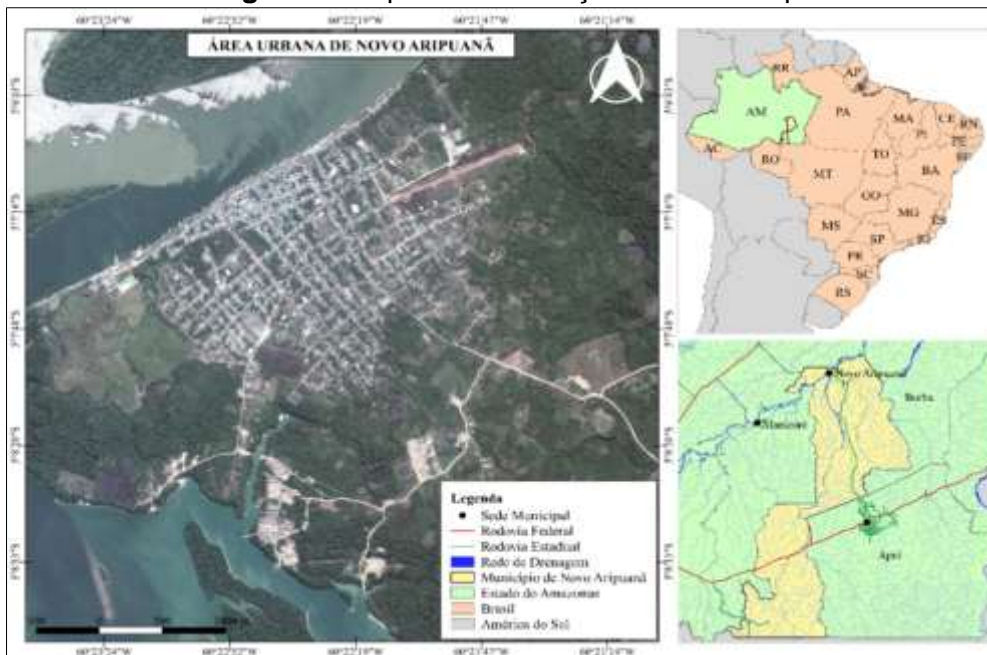
A história e a geografia de Novo Aripuanã não se encerram em si mesmas, mas refletem, em grande parte, a história e geografia da Amazônia como um todo. Pode-se destacar, nesse sentido, as migrações de judeus, portugueses e nordestinos, na origem da primeira comunidade da foz do Aripuanã, ou os ciclos de exploração, como do látex, dos minérios de manganês, cassiterita, estanho e ouro, além da exploração madeireira, que há pelo menos 15 anos faz forte presença na dinâmica deste município.

Todavia, embora esta unidade municipal tenha contribuído tão diretamente para importantes interesses da sociedade capitalista, pouco se beneficiou disso em termos

técnicos. A despeito dos ciclos econômicos e empreendimentos destacados, a vida urbana de Novo Aripuanã se apresenta, na maior parte de sua história, em profunda estagnação, com pouca expressividade econômica no âmbito regional. Tendo em vista os fatos mencionados, este artigo tem como principal objetivo a compreensão das lógicas que contribuíram para a produção do espaço urbano de Novo Aripuanã ao longo de sua história, partindo da década de 1830 até 2020. De maneira mais específica, busca-se, primeiramente, identificar na história deste município os principais momentos e eventos que contribuíram para a produção do seu espaço urbano e como estes refletiram no incremento populacional e, em seguida, identificar seus principais agentes modeladores.

Em sua configuração atual, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), o município de Novo Aripuanã, situado na região sudeste do Amazonas, possui uma área territorial de 41.179,6 quilômetros quadrados e limita-se com os municípios de Manicoré, Borba e Apuí (Figura 1). Na confluência dos rios Madeira e Aripuanã, à margem direita deste segundo, está localizada a sede municipal.

Figura 1: Mapa de Localização de Novo Aripuanã



Fonte: IBGE, 2010; Google, 2020.

As elaborações que seguem se inserem nos estudos históricos do urbano, dando essencialidade à questão espacial. Para tal, um recurso teórico de proa disponível é a geo-história aplicada às cidades. O olhar geo-histórico descreve e interpreta os períodos históricos de uma cidade tendo como centro a organização espacial produzida. Nesse sentido, prioriza-se a produção do espaço urbano, como na proposta metodológica de Vasconcelos (2011), que orienta para a identificação e estabelecimento de periodizações

históricas de longas durações, baseadas em eventos que demonstrem continuidades e rupturas de maior importância para conformação da cidade em questão.

Consideram-se questões de ordem histórica, ideológica, política, econômica, social, cultural e espacial, bem como os agentes sociais e produtores do espaço urbano envolvidos nos processos, sendo possível investigar as origens e a dinâmica de desenvolvimento da cidade de Novo Aripuanã.

Desta forma, num quadro teórico, o presente trabalho lança mão do método dialético, ou seja, compreende o espaço geográfico como um conjunto de objetos articulados em um conjunto de ações, sujeitas a transformações ao longo da história, pelo trabalho humano (SPOSITO, 2004). Por esta razão, a questão material, tanto humana como natural, é o principal critério para delimitação de conceitos como períodos, ciclos e reflexos.

Os procedimentos metodológicos adotados para a discussão dos resultados são: documentos e relatórios; práticas de campo nos anos de 2019 e 2020 para a identificação das áreas de expansão e georreferenciamento dos equipamentos urbanos da cidade; levantamento de bases cartográficas de ruas e bairros do *OpenStreetMap* e do IBGE, para a elaboração de mapas no software QGIS; levantamento de dados secundários, como imagens do *Google Earth Pro* disponíveis com baixa cobertura de nuvens, sistematização de dados anuais de desmatamento do Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - PRODES/INPE; e dados populacionais do IBGE, entre outras fontes oficiais.

Embora o recorte definido para a abordagem seja de 1830 a 2020, ressalta-se a ausência de dados secundários de alguns temas nesta série temporal, a saber: os dados de desmatamento em escala municipal, pelo PRODES/INPE, são gerados a partir de 2000; as imagens do *Google Earth Pro* anteriores a 2010 não apresentam boa resolução; a divisão de bairros tem como referência o último levantamento cartográfico realizado pelo IBGE, no Censo Demográfico de 2010, no entanto, houve o surgimento de novos bairros, citados na discussão (Adiel Santana e São Pedro); dados sobre população rural e urbana não existem anteriores a década de 1960 e nem do ano de 1965, pois foi somente após sua elevação à categoria de município, em 1955, que este passou a fazer parte da divisão territorial brasileira oficial, sendo, portanto, considerado nos levantamentos estatísticos dessa natureza, somente a partir desse momento.

Além dessa introdução, o artigo está dividido em duas sessões: a primeira discute como os ciclos econômicos de exploração da Amazônia se refletiram na produção do espaço e no crescimento populacional do município; e a segunda enfatiza os agentes e equipamentos do espaço urbano, analisando aspectos desde o primeiro registro cartográfico da cidade até o mapeamento realizado em 2020.

OS CICLOS DE EXPLORAÇÃO NA AMAZÔNIA E OS REFLEXOS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E NO CRESCIMENTO POPULACIONAL

No auge da revolução industrial inglesa, no século XIX, a borracha silvestre, produzida na Amazônia, passou a exercer importante papel no sistema produtivo, principalmente no setor automotivo, provocando a valorização do produto no mercado internacional e uma verdadeira corrida à borracha, induzindo e povoando as mais distantes entranhas da floresta amazônica de populações de seringueiros oriundos, sobretudo, do nordeste brasileiro (BATISTA, 2007).

O extrativismo vegetal, especialmente da borracha, ainda que de maneira primitiva, foi a mais alta expressão econômica que contribuiu para a formação e manutenção da primeira comunidade na foz do rio Aripuanã, onde havia muitos seringueiros e alguns moradores comerciantes (BENITO, 1998). Segundo a divisão administrativa oficial, de 1911, esta comunidade fora chamada, primeiramente, de Alto Aripuanã, distrito pertencente ao município de Borba, porém, em 1933 esta já aparece popularmente conhecida por Foz do Aripuanã, de forma que, em 1938, pelo Decreto-Lei Estadual nº 176, recebe juridicamente este nome, permanecendo integrado ao mesmo município (BRASIL, 1970).

Em 19 de dezembro de 1955, Plínio Ramos Coelho, então governador do Estado do Amazonas, cumprindo sua promessa de campanha, realizada entre os anos de 1953 e 1954, cria o município autônomo de Novo Aripuanã, desmembrando os distritos de Foz do Aripuanã e Samaúma, pertencentes ao município de Borba, e os subdistritos de Alvorada, Manicorezinho e Itapinima, do município de Manicoré (ALVARENGA e BENITO, 1996). Moraes (1975, p. 22) descreve a nova sede municipal no contexto de sua instalação afirmando que:

Talvez umas vinte casas fronteando o barranco e pouco mais de uma centena de moradores constituíssem o agrupamento humano que foi solenemente declarado sede do novo município, a 10 de fevereiro de 1956, quando assumiu o exercício do cargo o seu primeiro prefeito, Wilson Paula de Sá [...].

Mesmo com a decadência da economia da borracha amazônica nas primeiras décadas do século XX, frente à concorrência global, Novo Aripuanã, ao longo dos anos, manteve seu perfil econômico baseado no extrativismo vegetal e animal, marcado pela baixa técnica, sendo comparado por Moraes (1975) a um estado de decrepitude social, resignada numa condição de exploração pré-capitalista, como classifica Batista (2007) ao referir-se ao perfil econômico geral das pequenas cidades da Amazônia.

A primeira atividade voltada para a exploração mineral em Novo Aripuanã foi verificada quando este ainda se apresentava como Foz do Aripuanã, nas localidades chamadas Beneficente e Cotovelo, em 1954, onde foi possível verificar altos teores no jazimento de manganês (exploração estimada em 170.000 toneladas até 1957), provocando a procura do manganês, tanto por parte de firmas, com seus navios cargueiros e aparatos, objetivando pesquisa e comercialização, quanto por parte da população, mobilizando grandes contingentes humanos para a prática do garimpo nos locais de jazimento (BRASIL, 1970).

A descoberta do potencial pedológico em Beneficente e Cotovelo, no ano de 1954, e, sobretudo em Igarapé Preto, apresentado oficialmente em 1969, influenciaram decisivamente a história do município, uma vez que historicamente se acredita ser este o motivo de fundo que levou a municipalização de Novo Aripuanã em 1955, facilitando a exploração das empresas pela dificuldade de fiscalização municipal de um vasto território e o difícil acesso da sede as essas longínquas localidades.

Mais tarde, em 1969, no extremo sudoeste do município, em localidade que se denominou Igarapé Preto, afluente do rio Aripuanã, verificou-se, além do manganês, grande ocorrência de cassiterita. Neste ano, a extração em Igarapé Preto chegou a ser elencada como uma das maiores ocorrências estaníferas do mundo, tornando-se a maior contribuição desse minério ao consumo nacional. A comparação feita por Brasil (1970), entre os maiores centros produtores de cassiterita no mundo, no ano da descoberta das jazidas de Igarapé Preto, aponta: Tailândia (extração mecanizada), 300g por metro cúbico; Congo (extração mecanizada), 1.200g por metro cúbico; Igarapé Preto (extração não mecanizada), 10.000g por metro cúbico.

Apesar da pujança mineral, as explorações mencionadas pouco contribuíram diretamente para a vida urbana deste município, isto, pois as áreas de jazimento, bem como todo o território municipal, incluindo sua sede, ficam situados em área pertencente a jurisdição da Província Estanífera de Rondônia, do Ministério das Minas e Energias, sediada em Porto Velho-RO e administrada pelo Banco do Brasil (BRASIL, 1970). Todavia, conforme aponta a Tabela 1, baseando-se em fontes bibliográficas e dados secundários oficiais, observou-se que as maiores taxas de acréscimo populacional ocorreram contemporaneamente aos ciclos de exploração mineral, em localidades como Beneficente, Cotovelo e Igarapé Preto, ou seja, na passagem da década de 1960 para 1970, quando se verificou uma taxa de variação de 41%, passando de pouco mais de 6 mil habitantes para aproximadamente 9 mil, respectivamente.

Devido à decadência da exploração mineral após as décadas supracitadas, nota-se uma diminuição no contingente populacional, revelando que era - este modal - grande fator atrativo. Na década de 1980, soma-se à decadência da exploração mineral os fracassados

investimentos no projeto de assentamento dirigido, o Projeto Esperança, que transformou Novo Aripuanã num verdadeiro campo de batalha entre colonos assentados, antigos posseiros locais e administradores do projeto (RIBEIRO, 1998), resultando em dezenas de mortes, por fome, doenças e assassinatos e, por fim, num esvaziamento populacional em massa, conforme depoimentos de colonos remanescentes e antigos moradores de Novo Aripuanã. Nesse sentido, as migrações do Projeto Esperança pouco contribuíram no acréscimo populacional, embora tenham participado do projeto considerável número de famílias, poucas foram as que permaneceram, tendo a maioria desertado do assentamento e emigrado para outras regiões.

Tabela 1 - Evolução populacional de Novo Aripuanã (1960-2020)

Série histórica	População total	Varição (%)
1960	6.314	0%
1970	8.900	41%
1975	10.000	12%
1980	10.160	2%
1985	9.673	-5%
1990	11.281	17%
1995	12.679	12%
2000	17.119	35%
2005	20.440	19%
2010	21.451	5%
2015	24.315	13%
2020	26.046	7%

Fontes: Alvarenga e Benito, 1996; Brasil, 1970; Benito, 1998; IBGE, 1991; 2000; 2010; 2015; 2020; Moraes, 1975.

Outras ocorrências de riquezas minerais em Novo Aripuanã podem ser mencionadas, como a descoberta de demais áreas manganíferas nos rios Sucundurí e Sucundurizinho, além da garimpagem rudimentar de pedras preciosas como ouro, diamante, berilo, esmeralda, topázio e cristal de rocha ao longo de todo o rio Aripuanã, afluentes e Madeira (MORAES, 1975). Embora quase sempre ilegal e indiscriminada, a garimpagem aurífera rudimentar, realizada ao longo dos leitos dos rios, em balsas com dragas, tem, até o ano 2020, exercido considerável influência nas dinâmicas da vida na cidade, sendo responsável por movimentar parte do comércio e dinâmica populacional e por atrair habitantes de municípios vizinhos, de outros estados do Brasil e até mesmo do exterior, contribuindo, dessa forma, para o aumento da população. Sobre os sistemas de garimpo aurífero mencionados, Herraiz e Silva (2015, p. 210) destacam:

As balsas são pequenas casas flutuantes, dotadas de motor acoplado a uma bomba que, por meio de mangueiras, suga o material do leito do rio. Neste sistema é fundamental a presença de um mergulhador para posicionar a mangueira nos locais mais promissores do rio; já as dragas, são sistemas dotados de bomba de sucção de maior diâmetro, acoplada

geralmente a motores de maior potência, contendo uma lança de ferro de tamanho suficiente para alcançar a profundidade do leito do rio, um cano aéreo que conduz o material sugado para uma caixa e, por fim, um sistema hidráulico de comandos [...].

Com a completa desagregação da economia da borracha da Amazônia após o fim da Segunda Guerra Mundial, o estado brasileiro passou a investir em estratégias de desenvolvimento econômico visando promover uma maior integração territorial da Amazônia com o restante do país (OLIVEIRA, 1988). A busca pela superação do desafio da suposta integração racional da região teve início ainda durante o governo Castelo Branco, com a Operação Amazônia (1965-1967), mas a estrutura socioespacial que predominou após o declínio da economia da borracha só recebeu alterações relevantes após 1970, com o Programa de Integração Nacional – PIN e os subsequentes Planos Nacionais de Desenvolvimento I e II (1972-1979) que introduziram projetos de desenvolvimento e financiamento para mineradoras, hidrelétricas, pesqueiros e colonização, além de conceber a Amazônia como “fronteira de recursos” e impulsionar o prosseguimento de estradas já iniciadas e abertura de novas, com destaque para a Transamazônica (AM-230) (OLIVEIRA, 1988; RIBEIRO, 1998).

O incentivo ao aproveitamento dos recursos florestais, principalmente pelo Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – POLAMAZÔNIA, e abertura de estradas oficiais, possibilitou o acesso às florestas de terra-firme da região. Apesar da atividade ser praticada como alternativa de desenvolvimento econômico há mais de três séculos, foi a partir da década de 1970 que a indústria madeireira regional ganhou escala em uma velocidade pouco observada em outros setores econômicos. No sul do Amazonas, ela se estabeleceu a partir dos anos 2000, tornando o município de Novo Aripuanã um dos novos epicentros do setor, favorecido pelo acesso rodoviário das estradas AM-174 e BR-230, bem como pela proximidade dos polos de processamento de Rondônia e Mato Grosso (LENTINI et. al, 2021).

O interesse pela exploração madeireira em Novo Aripuanã não é recente, Moraes (1975, p.52) destaca que “[...] a boa qualidade da madeira existente nas matas de Novo Aripuanã requer o seu imediato aproveitamento. Firmas como a mineração Aripuanã e Estanífera do Brasil já procederam estudos para a construção de serrarias”.

Além do seu potencial para exploração madeireira, Novo Aripuanã recebe as influências da dinâmica econômica e geopolítica global, insere-se no que Bertha Becker (2005) chama por frentes de exploração na Amazônia, ou ainda se compreende por arco do desmatamento e de povoamento consolidado. Essas frentes de exploração, constituídas principalmente por empreendimentos como madeireiras, pecuaristas e sojeiros, estendem-se desde os estados de Rondônia, Mato Grosso e Pará e avançam em direção ao sul e sudeste do

Amazonas (BECKER, 2005). São oriundos dos três estados citados a maioria dos empresários do ramo presentes em Novo Aripuanã, bem como parcela importante de seus funcionários, influenciando diretamente a vida na cidade.

O incremento populacional ocorrido a partir da década de 1990 está diretamente relacionado à exploração madeireira, à mineração aurífera no rio Madeira e Juma e ao setor público, de forma geral, mesmo que em menor escala que os ciclos das décadas anteriores. Os dados da Tabela 1, apresentada anteriormente, apontam que na virada do milênio a população de Novo Aripuanã contou com elevados percentuais de crescimento, alcançando a marca de 35%, na comparação entre 1995 e 2000. A taxa de crescimento é reduzida a partir do ano de 2010, apresentando uma média anual de 2,5% até 2020. Acredita-se, por fim, que a estabilização das taxas de crescimento da população novo aripuanense, nos últimos anos da série histórica, pode encontrar fundamento na diminuição da taxa de natalidade e mortalidade, além do processo de emigração, que ocorre principalmente para a cidade de Manaus.

A Tabela 2 destaca que entre as décadas de 1975 e 2000 ocorre a mudança no perfil demográfico novo aripuanense. Tendo como referência a década de 1960, nota-se que a população inicialmente apresentava-se predominantemente rural, 79,19% do total, apresentando diminuição a partir de 1975 (variação de -22% de 1975 para 1991) ao passo que a urbana cresceu exponencialmente (variação de +172% de no mesmo período), culminando na superação crescente da população urbana sobre a rural a partir do ano 2000. Nos anos seguintes o processo de urbanização segue em ritmo de crescimento, representando 65,61% da população, em 2010.

Tabela 2 – População absoluta rural e urbana 1960 a 2010

Série histórica	População Urbana		População Rural		População Total
	Total	%	Total	%	
1960	1.314	20,81	5.000	79,19	6.314
1670	1.860	20,90	7.040	79,10	8.900
1975	2.000	20,00	8.000	80,00	10.000
1991	5.432	46,69	6.202	53,31	11.634
2000	9.054	52,89	8.065	47,11	17.119
2007	10.804	59,38	7.392	40,62	18.196
2010	14.074	65,61	7.377	34,39	21.451

Fontes: Alvarenga e Benito, 1996; Brasil, 1970; Benito, 1998; IBGE, 1991; 2000; 2010; Moraes, 1975.

O processo de urbanização do referido município apresenta relação com a migração da mão-de-obra oriunda da exploração mineral de Beneficente, Cotovelo e Igarapé Preto, após a estagnação nas décadas 1960 a 1970, respectivamente; dos assentados do fracassado Projeto Esperança, na década de 1980; e ao incentivo do governo federal para ocupação e exploração dos recursos minerais e florestais da região, marcadamente a partir

da década de 1990. Nesse contexto, destaca-se a cidade como atrativo populacional e a incapacidade do modelo econômico para manter a população na área rural, intensificado o processo de urbanização no Brasil como um todo.

Com o crescimento da população urbana, a expansão da cidade deu-se primeiramente ao longo da margem do rio, influenciada pela dinâmica fortemente ligada ao extrativismo e a circulação fluvial, consolidando os bairros de Nossa Senhora da Conceição e dos Trabalhadores (popularmente conhecido por Bolívia). Na década de 1990 a expansão urbana ocorreu em áreas contíguas aos primeiros bairros mencionados, num sentido de interiorização do território, sobretudo nas porções Leste, Nordeste, Sul (especialmente) e Oeste, dando origem a bairros como TV e Japiim e, mais recentemente, a partir da década de 2010, cita-se o surgimento de novos bairros, como Geraldo Colares, Adiel Santana e São Pedro. Em decorrência do crescimento populacional, da expansão urbana e de seus problemas, surgiu a necessidade e a lenta implementação de novos equipamentos urbanos, como escolas, hospitais, portos, áreas de lazer e prédios de administração pública, entre outros.

EQUIPAMENTOS E AGENTES MODELADORES DO ESPAÇO URBANO

A produção do espaço urbano de Novo Aripuanã encontra fortes elementos de análise na teoria de Corrêa (1989), sobretudo no que diz respeito aos agentes que modelam este espaço, destaca-se o Estado, os proprietários dos meios de produção e a população socialmente excluída. Acrescenta-se ainda, em nossa análise, baseada em Vasconcelos (2011), a Igreja Católica Apostólica Romana como importante agente produtor do espaço e equipamentos urbanos nesta cidade.

Podem-se destacar os proprietários dos meios de produção como os agentes modeladores do espaço urbano mais originais de Novo Aripuanã, uma vez que foi em decorrência da exploração do látex, entre o final da década 1830 a 1910, que houve um aumento no número de migrações para a região de confluência dos rios Madeira e Aripuanã, dando origem à localidade de São Vicente da Casa Grande, comunidade embrionária da cidade de Novo Aripuanã (BRASIL, 1970). Nesse contexto, o paraense Torquato Pereira Magalhães exerceu importância capital, uma vez que foi responsável pela criação do povoado, que servia de entreposto para o escoamento da produção dos seus seringais localizados à montante do rio Aripuanã e as mercadorias provenientes de Manaus. A princípio a localidade de São Vicente da Casa Grande era composta apenas por uma casa residencial, um armazém e uma capela de culto católico, porém logo se transformou em um

povoado que congregava comerciantes judeus e portugueses, além de seringueiros, provenientes, em sua maioria, do nordeste brasileiro (BENITO, 1998).

Com a decadência da economia da borracha da Amazônia, nas primeiras décadas do século XX, a primitiva comunidade localizada na foz do rio Aripuanã regrediu a um estado de pobreza e baixa técnica, que Moraes (1975) classifica como estado de decrepitude social. A referida comunidade permaneceu neste estado até o ano de 1954, quando foi elevada à categoria de município e passou a receber a instalação dos equipamentos urbanos oriundos da administração pública. Nesse período houve a descoberta do jazimento de manganês no extremo sul do seu território, nas localidades de Beneficente e Cotovelo (BRASIL, 1970). No entanto, essa atividade não representou grande contribuição diretamente ao espaço urbano, uma vez que as jazidas ficavam localizadas a cerca de 225 quilômetros de distância da cidade.

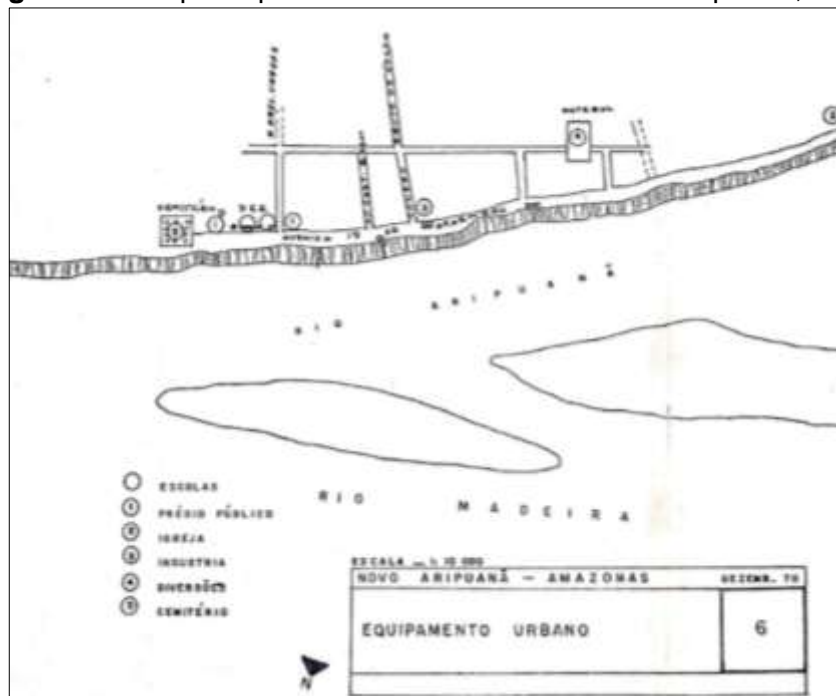
Igualmente, destaca-se a Igreja Católica Apostólica Romana como importante agente modelador do espaço urbano de Novo Aripuanã, pois marca presença desde os relatos mais antigos sobre a comunidade localizada na confluência do rio Aripuanã com o Madeira, de forma que figura entre os elementos indispensáveis nas descrições. Oficialmente, a Igreja Católica está presente no cotidiano de Novo Aripuanã a partir de 08 de dezembro de 1968, quando foi criada a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, pertencente à Prelazia de Borba. A primeira grande contribuição da Igreja para a modelagem do espaço urbano da cidade foi a construção de um aeroporto municipal, entre os anos de 1969 e 1979 (ALVARENGA e BENITO, 1996). Todavia, esse agente alcançou influência mais ativa ainda na vida social de Novo Aripuanã a partir de 1980, quando os sacerdotes da ordem Missionários Claretianos assumiram a referida paróquia e se tornaram responsáveis pela produção de importantes equipamentos urbanos (FERRARINI, 1981), podendo-se destacar um hospital modelo, entre os anos de 1995 e 1997; um centro de orientações e formações técnicas e religiosas denominado Manos Unidas, em 1996, que até a primeira década de 2000 mobilizou a juventude e demais comunitários em atividades pastorais; e a instalação de uma rádio comunitária, denominada Rádio Tucumã, administrada pela Associação Comunitária dos Moradores do Interior - ASCOM (MORAES, 1975).

O Estado, por sua vez, destaca-se como o mais constante agente influenciador na produção do espaço urbano de Novo Aripuanã, isto porque detém a prerrogativa da implantação da infraestrutura necessária para esses espaços.

O registro mais antigo encontrado da área de estudo que apresenta informações sobre a disposição urbana de Novo Aripuanã data de 1970 e se trata de um croqui de planta baixa da cidade, elencando os principais equipamentos urbanos de então (Figura 2). Vale ressaltar que a data deste croqui corresponde aos anos de maior exploração mineral em seu

território, e que a despeito da pujança e movimentação de contingentes humanos, a escassez de equipamentos urbanos se faz sua característica mais marcante.

Figura 2 - Croqui de planta baixa da cidade de Novo Aripuanã, 1970



Fonte: Brasil, 1970.

Entende-se que essa carência tem origem na impossibilidade de usufruir plenamente das riquezas naturais que dispõe o município, e, portanto, redonda na dificuldade de administrar seu território, e somam-se a isso os diversos escândalos de corrupção que envolve a administração municipal e estadual ao longo dos diferentes mandatos.

Na atualidade, a área apresentada na Figura 2 constitui o núcleo central da cidade, composto por equipamentos que perduram até a data presente, como a então Escola Estadual Professor Francisco Sá (item 0); a igreja católica Nossa Senhora da Conceição (item 2); e o cemitério (item 5). Os prédios públicos (item 1), porém, constituídos apenas de uma delegacia e uma prefeitura, não correspondem mais à localização atual.

No que se refere à ação do Estado sobre as dinâmicas de expansão urbana, é correto afirmar que, quase a totalidade das vezes, a atuação desse agente ocorre de maneira tardia, e de maneira pontual, como, por exemplo, na intervenção de graves problemas oriundos do aumento da população em geral e dos socialmente excluídos, que passam a habitar áreas alagadiças e periféricas, gerando poluição dos cursos d'água e desmatamentos para viabilização dos sistemas de autoconstruções residenciais, exercido pelos próprios residentes, e realizado, em geral, em seu tempo de descanso (SPOSITO, 1994).

A atuação do Estado nesta cidade tem-se dado pelo investimento na implantação de infraestrutura, sobretudo com a construção de escolas, postos de saúde, prédios de administração pública, criação e manutenção de áreas de lazer e, sobretudo, com a abertura e pavimentação de ruas em terrenos já habitados pelas populações socialmente excluídas, nas periferias da cidade. Esta última ação mencionada vem sendo utilizada constantemente ao longo dos mandatos municipais e estaduais como estratégia para cativar o eleitorado e são realizadas especialmente em datas próximas às eleições ou dias comemorativos.

Observou-se mais recentemente, a partir dos trabalhos de campo, outra importante interferência do Estado como modelador do espaço urbano, que foi a construção de um conjunto habitacional popular Viver Melhor financiado pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) do governo federal, inaugurado em 2015 (Figura 3), com 48 unidades habitacionais, localizado na periferia nordeste da área urbana, apontando que a questão da habitação já se faz um problema patente no cotidiano da vida urbana de Novo Aripuanã.

Figura 3 - Conjunto habitacional popular Viver Melhor – PMCMV



Autor: Pimenta, 2019.

A construção do conjunto habitacional popular além de provocar um afastamento da população mais carente para a periferia da cidade causou também a indução da expansão urbana para as áreas adjacentes ao conjunto, uma vez que a população local para ali se dirigiu em busca da infraestrutura instalada, dando origem ao novo bairro, denominado popularmente Adiel Santana (figura 4 a) e expandindo os já existentes, como o do Japiim (figura 4 b).

Outro agente que muito tem contribuído para a expansão da área urbana de Novo Aripuanã são os proprietários dos meios de produção, na figura das indústrias madeireiras.

Isto se deve, em primeiro lugar, ao grande potencial natural que tem esse município para o referido setor de exploração.

Figura 4 – Expansão urbana - bairros Adiel Santana (A) e Japiim (B)



Fonte: Google, 2010; 2020.

De acordo com Empresas do Brasil (2022) há no município 31 empresas registradas na categoria serrarias com desdobramento de madeira em bruto, as duas mais antigas são datadas de 1977/1998, e as demais com registros a partir dos anos 2000 até 2014. O setor madeireiro impulsiona de forma direta a economia do município, de acordo com a prefeitura de Novo Aripuanã “[...] o ramo gera emprego e renda no local envolvendo cerca de 600 famílias, com cerca de 11 empresas grandes” (AMAZONAS, 2019, p. 2).

As imagens de satélite de 2010 e 2021 (Figura 5) apontam que a ocorrência das serrarias nas proximidades da sede municipal se acelerou na última década. A partir dos levantamentos de campo foi possível identificar que a maioria delas fica localizada nas porções sul e sudoeste da cidade, fora, porém próximas, da mancha urbana. Ao todo, contaram-se nove serrarias, de pequeno, médio e grande porte. Apenas uma das serrarias elencadas encontra-se na margem da estrada, ao passo que todas as demais ficam localizadas às margens do rio Aracu, tributário do Aripuanã.

A partir da dinâmica trazida pelas serrarias, forma-se um mercado em torno desse setor, que proporciona emprego e sustento à relevante parcela da população, como - além das serrarias - em marcenarias e lojas de materiais de construção que estão localizadas, em

sua maioria, em terrenos periféricos a sul e sudoeste da cidade, influenciados pelo magnetismo funcional entre as atividades deste setor. A mão de obra necessária para o bom desempenho desses empreendimentos é, portanto, encontrada entre as populações mais carentes, tendo em vista que o trabalho braçal não necessita de grandes qualificações profissionais. Esses trabalhadores, por sua vez, ocupam terrenos periféricos desvalorizados da cidade situados nas proximidades do local de serviço, causando maior adensamento populacional nessas regiões, com o surgimento de novas áreas de expansão e até o aparecimento de novos bairros, como neste caso, o denominado São Pedro, conhecido popularmente como Portelinha (Figura 6). Vale ressaltar que grande parte desses trabalhadores não é natural de Novo Aripuanã, e os que o são provém, em sua maioria, do êxodo rural.

Figura 5: Pontos de localização de serrarias em Novo Aripuanã



Fonte: Google, 2010; 2020.

Figura 6: Adensamento urbano no bairro São Pedro: comparação 2010-2020



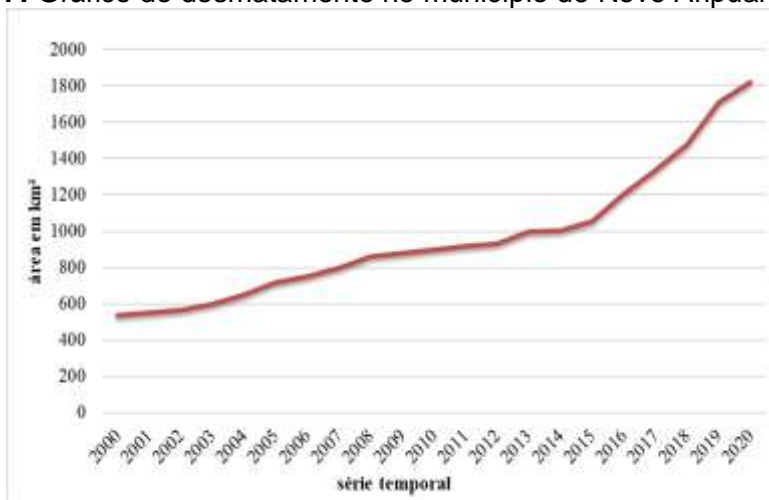
Fonte: Google, 2010; 2020.

Nesse contexto, as rodovias ganham relevante destaque, uma vez que facilitam o acesso desses empreendimentos no território novo aripuanense, e possibilitam o transporte das madeiras até as serrarias que se localizam nas proximidades da cidade. São, portanto, baseados nos benefícios oferecidos pelas redes geográficas os requisitos que determinam a

localização das serrarias em Novo Aripuanã, constituindo-se, por fim, num verdadeiro indutor da expansão urbana.

Dentre as consequências da exploração madeireira está o desmatamento, os dados do INPE/PRODES demonstram que em 2000 o município apresentou 534,7 quilômetros quadrados de desmatamento, o que lhe conferia, até então, a 16ª posição entre os municípios mais desmatados no estado do Amazonas (Figura 7). Esse valor subiu para 1821,2 quilômetros quadrados em 2020 - três vezes mais que o valor anterior -, galgando assim a 5ª posição e 148º do Brasil. Os maiores incrementos ocorreram ainda a partir de 2016, com uma variação relativa de 0,37% para o ano anterior, seguindo em ascensão em 2017, e fechando o ano de 2020 com variação de 0,27%, percentual menor do que aquele apresentado em 2019, com 0,56%.

Figura 7: Gráfico do desmatamento no município de Novo Aripuanã (2000-2020)



Fonte: INPE, 2021. Elaboração: os autores.

O desmatamento acontece principalmente na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma, e no extremo sul do território municipal, nas proximidades da cidade de Apuí, principalmente no eixo da BR-230 (Transamazônica), e ao longo da AM-174, que liga esse município a Novo Aripuanã (BRITTO, 2015). As madeiras extraídas da floresta são transportadas em grandes caminhões por toda a AM-174 com destino à cidade de Novo Aripuanã. Na intersecção dessa estrada com o rio Aracu, entretanto, a maioria das madeiras são transferidas para balsas que, por sua vez, conduzem-nas diretamente até os portos improvisados das serrarias, de modo que o volume de madeiras extraídas não pode ser visto pela população local ou acompanhado por qualquer órgão de fiscalização. Sobre esse aspecto Britto (2015, p. 68) destaca:

Há pequenas e médias serrarias na cidade de Novo Aripuanã, que acabam recebendo madeira ilegal, muitas vezes de origem da RDS do Juma. A

maior parte das toras que é recebida nas serrarias é comprada por terceiros, e não retiradas diretamente por meio de planos de manejo da própria serraria.

Existem leis e órgãos voltados para o controle do uso de produtos florestais de âmbito estadual e federal, como: a Lei Nº 2.416/1996 - obrigatoriedade de planos de manejo florestal no Amazonas; o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) responsável pelo licenciamento, fiscalização e monitoramento; a delimitação de Unidades de Conservação pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC); dentre outras normativas. Considerando a atuação do SNUC, em Novo Aripuanã existe um mosaico bastante significativo de Unidades de Conservação, cobrindo 60,84% do território, totalizando nove, a saber, quatro na categoria de proteção integral e cinco de uso sustentável. Além dessas, há duas terras indígenas, ocupando 4% da área do município (TAVARES e CORDEIRO, 2017). Apesar destes e outros mencionados mecanismos contribuírem para frear o desmatamento, sua execução é fragilizada, especialmente pelo dinamismo das políticas públicas, que não se efetivam por causa da presença incipiente dos órgãos reguladores na área em questão, e pelo desinteresse do poder público em combater a exploração ilegal.

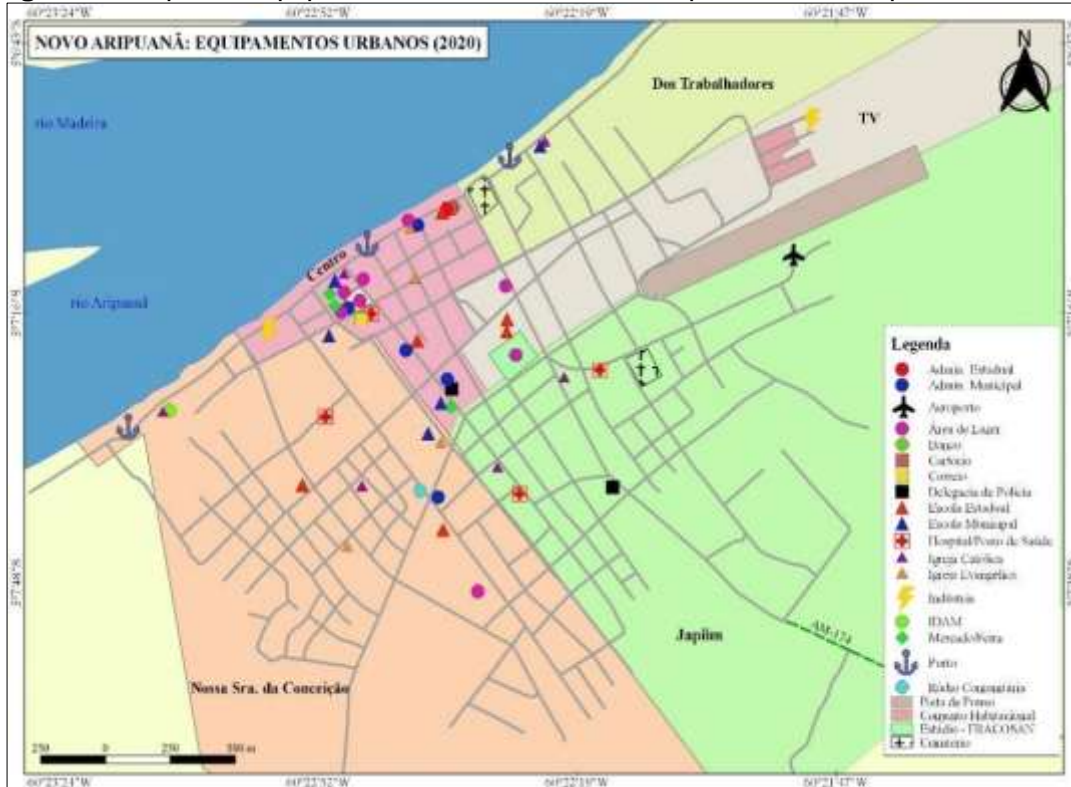
Relacionando os dados apresentados em mapas, gráficos e tabelas com a dinâmica entre os agentes produtores do espaço urbano, é possível afirmar que sua expansão mais recente em Novo Aripuanã está intimamente relacionada com a exploração madeireira e a população socialmente excluída.

Por fim, visando destacar a infraestrutura atual da cidade, o mapeamento realizado no ano de 2020 (Figura 8) destaca os principais equipamentos urbanos de Novo Aripuanã. Neste mapeamento, foram contados três portos: um para balsas com mercadorias pesadas, enquanto os demais servem para desembarque de passageiros e mercadorias mais leves, transportadas em motor recreio ou lancha; um prédio de administração estadual; quatro prédios de administração municipal (localização própria ou fixa ao longo de diversos mandatos municipais, outros, por outro lado, em propriedades alugadas, por isso estão suscetíveis a mudanças periódicas); um aeroporto; oito áreas de lazer, divididas entre uma orla, duas praças, três quadras poliesportivas - também utilizadas para realização de eventos -, um estádio de futebol e um parque cultural; um banco Bradesco; um cartório; uma sede da empresa Correios; duas delegacias de polícia, sendo uma militar e outra civil; sete escolas estaduais, sendo um polo universitário e quanto as demais de ensino básico; e seis escolas municipais.

Pode-se destacar a presença de cinco prédios na área de saúde pública, divididos entre um hospital, uma policlínica e três postos de saúde; uma usina termelétrica em funcionamento e uma em processo de construção, na categoria de indústria, para

fornecimento de energia elétrica à cidade; um instituto de desenvolvimento agropecuário; três estabelecimentos para feiras e mercados; uma rádio comunitária; um conjunto habitacional popular; dois cemitérios; cinco templos católicos; e quatro principais templos protestantes. Os templos destacam-se como importantes vetores da dinâmica e expressividade na vida cotidiana da cidade, pois mobilizam a população, principalmente aos domingos e eventos religiosos.

Figura 8: Mapa de Equipamentos Urbanos do município de Novo Aripuanã em 2020



Fonte: Levantamento de campo, 2019/2020; IBGE, 2010; OpenStreetMap, 2020.

Elaboração: os autores.

A presença dos equipamentos urbanos se encontra voltada prioritariamente para a área central da cidade, ao passo que nas periferias se dão de maneira mais escassa, revelando a desigualdade inerente à produção do espaço urbano capitalista. Além disso, revela as características básicas de Novo Aripuanã ao longo dos anos, aquelas de uma pequena cidade na Amazônia, marcada pelas temporalidades lentas, por padrão de fluxo fluvial nas suas redes geográficas e pela carência nas capacidades administrativas e assistência social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, verificou-se que a produção do espaço urbano de Novo Aripuanã esteve, na maior parte das vezes, associada à dinâmica da vida na zona rural, e esta, por sua vez, é comandada pela economia e geopolítica global. Nesse sentido, destacam-se os ciclos do extrativismo vegetal, como da castanha e da borracha, na origem do município, e da exploração madeireira, na atualidade; do extrativismo mineral, como na exploração do manganês, da cassiterita, do estanho, e do ouro, mais recentemente.

A despeito das grandes contribuições de Novo Aripuanã ao longo de sua história para o mercado nacional e mundial, notou-se que a administração municipal e a vida na cidade pouco foram beneficiadas, permanecendo constantemente em um estado vegetativo. A vida na cidade mantém-se, até a atualidade, fortemente comandada pelo funcionalismo público, que favorecem o surgimento de facções que constantemente disputam entre si o poder municipal e impedem o desenvolvimento social e cultural.

No que se refere aos agentes produtores do espaço urbano, observou-se, desde os registros mais antigos, as importantes contribuições dos proprietários dos meios de produção e a Igreja Católica Apostólica Roma, criando importantes equipamentos urbanos para a vida na cidade. Em seguida, destaca-se o Estado, pela prerrogativa que tem na instalação da infraestrutura urbana, tendo papel ativo ao longo de toda a história municipal, embora tenha agido muito tardiamente, na maioria dos casos, dando margem ao surgimento de muitos problemas urbanos.

Notaram-se, a partir dos dados coletados, dois principais eixos de expansão, que se direcionam para as periferias Sudoeste e Nordeste da mancha urbana. Ambas as áreas de expansão destacadas são de habitação popular, ou seja, que possui um menor poder aquisitivo, pois, não podendo concorrer ao valor de compra da terra nas áreas centrais e de maior prestígio, segregam-se em áreas periféricas.

Vale mencionar que embora ambos os eixos de expansão urbana identificados sejam predominantemente de uma população de menor poder aquisitivo, cada um possui natureza diversa, sendo induzida pelo Estado, o que ocorre para o bairro de Adiel Santana, onde existe um conjunto habitacional popular, enquanto no bairro São Pedro é mais espontânea pois, neste último, está associada às vantagens locacionais das serrarias onde trabalham.

Por fim, recomenda-se para pesquisas futuras a compreensão sobre os conflitos e impactos socioambientais oriundos da exploração madeireira no município. Apesar de serem importantes, ressalta-se que estes não foram aprofundados neste artigo por não serem o foco da análise.

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, Pe. José Maria de; BENITO, Pe. Antônio Ramiro. **Programação: Festejo N. Sra. da Conceição**. Novo Aripuanã: Prelazia de Borba, 1996.
- AMAZONAS. Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM. **IPAAM e Prefeitura de Novo Aripuanã discutem setor madeireiro. 10 de outubro de 2019**. Disponível em: <<http://www.ipaam.am.gov.br/ipaam-e-prefeitura-de-novo-aripuanã-discutem-setor-madeireiro/>> Acesso em: 10 maio 2022.
- BATISTA, Djalma. **Complexo da Amazônia: Análise do processo de desenvolvimento**. Manaus: Valer, EDUA e INPA, 2007.
- BENITO, Pe. Antônio Ramiro. **Festejos da Padroeira 98**. Novo Aripuanã. Prelazia de Borba. 1998.
- BRITTO, Aline dos Santos. **Caracterização da extração seletiva de madeira na reserva de desenvolvimento sustentável do juma e sua zona de amortecimento, sudeste do Amazonas**. 2015. Dissertação (Gestão de Áreas Protegidas da Amazônia (GAP) - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 2015.
- BECKER, Bertha. Geopolítica da Amazônia. **Estudos avançados**, v. 19, p. 71-86, 2005.
- BRASIL, Ministério do Interior. **Relatório Preliminar do Desenvolvimento Integrado de Novo Aripuanã - AM**. SUDAM: Manaus, 1970.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- EMPRESAS DO BRASIL. **Lista de Serrarias com desdobramento de madeira em Novo Aripuanã – AM**. 2022. Disponível em: <<https://empresasdobrasil.com/empresas/novo-aripuanã-am/serrarias-com-desdobramento-de-madeira>> Acesso em: 10 maio 2022.
- FERRARINI, Sebastião Antônio. **Borba - A primeira vila do Amazonas**. Manaus-AM: Metro Cúbico, 1981.
- GOOGLE, **Google Earth Pro Desktop**. Disponível em: <<http://earth.google.com/>>. Acervo de imagens - 2010. Acesso em: 10 dez. 2020.
- GOOGLE, **Google Earth Pro Desktop**. Disponível em: <<http://earth.google.com/>>. Acervo de imagens - 2020. Acesso em: 10 dez. 2020.
- HERRAIZ, Aurelio Diaz e SILVA, Maria Nazaré Souza da. Diagnóstico socioambiental do extrativismo mineral familiar (garimpo) na calha do Rio Madeira, em Humaitá, Amazonas. **Revista Pegada**, v. 16, n. 2, p. 202-22, dezembro, 2015.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativa populacional**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativa populacional**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Projeto PRODES digital: Mapeamento do desmatamento da Amazônia com Imagens de Satélite**. São José dos Campos: dados

anuais do período de 2000 a 2020. Disponível em: <<http://www.obt.inpe.br/prodes/14>>
Acesso em: 07 fev. 2021.

LENTINI, Marco; ANDRADE, Maryane; NUNES, Fernando; SANTOS, Hebert. **Amazonas, o Gigante Florestal Brasileiro**: desafios e oportunidades para o uso e a conservação das florestas naturais de produção. Timberflow. IMAFLORA, n. 5, p. 1 – 20, setembro de 2021.

MORAES, Aldo. **O ramal do desenvolvimento**. Novo Aripuanã: KGP, 1975.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para não entregar** - Políticas públicas e Amazônia. Campinas: Papirus, 1988.

OPENSTREETMAP. © **contribuidores do OpenStreetMap**. Open Database License (ODbL). Disponível em: http://wiki.openstreetmap.org/wiki/About_OpenStreetMap. Acesso em: 10 dez. 2020.

RIBEIRO, Marlene. **Migrante brasileiro**: construindo a história a vida e a palavra. **Sociedade em debate**, Pelotas, v. 4, n. 3, p. 37-64, novembro, 1998.

SPOSITO, Eliseu Savério. **A vida nas cidades**. São Paulo: Contexto, 1994.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia**: Contribuições para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2004.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A utilização dos agentes sociais nos estudos de geografia urbana: avanço ou recuo? In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopez de (Orgs.). **A produção do espaço urbano**: Agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto: 2011. p. 75-96.

TAVARES, Leda; CORDEIRO, Lorenza. **Perfil socioeconômico e ambiental do sul do estado do Amazonas**: Subsídios para Análise da Paisagem. Brasília - Distrito Federal: WWF-Brasil, 2017.

Recebido: fevereiro de 2022.
Aceito: junho de 2022.